

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

Atos Legislativos

SUMÁRIO	Proposta de Emenda à Constituição nº 003/12	2
	Atos Legislativos - Atas na Íntegra	
	Ata da 2082ª Sessão Ordinário na Íntegra	2
	Ata da 2085ª Sessão Ordinário na Íntegra	3
	Ata da 2136ª Sessão Ordinária na Íntegra	5
	Ata da 2137ª Sessão Ordinária na Íntegra	6

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

JOÃO PAULO DE CARVALHO SILVA
 Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS LEGISLATIVOS
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 003/12

**Altera dispositivos normativos à
 Constituição do Estado de
 Roraima.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e ela, nos termos do art. 39, §3º, da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os dispositivos normativos constitucionais do texto vigente inseridos pela Emenda Constitucional nº 021, de 06 de maio de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. [...]

[...]

XXXII – os titulares da Universidade estadual de Roraima – UERR; da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima – CAER; da Companhia Energética de Roraima – CERR; da Companhia de Desenvolvimento de Roraima – CODESAIMA; do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER; do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima – IPEM; da Fundação do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH; do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI-RR; da Agência de Defesa Agropecuária do estado de Roraima – ADER; do Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima – ITERAIMA; da Procuradoria-Geral do Estado – PROGE; da Junta Comercial de Roraima – JUCERR; da Defensoria Pública do estado de Roraima; da Fundação Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR; do Departamento de Trânsito de Roraima – DETRAN; e titulares de órgãos equivalentes ou assemelhados comparecerão anualmente ao Poder Legislativo, em data fixada

por este, para apresentação de relatório de atividades anual desenvolvidas e plano de metas para o ano seguinte, as quais serão referendadas por maioria absoluta dos membros desta Casa Legislativa, em turno único e votação secreta, e cuja rejeição implicará o afastamento imediato do titular do cargo; (NR)

[...]

Art. 2º O inciso XVIII do art. 33 do texto constitucional vigente com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 020, de 05 de dezembro de 2007 passa a vigor nos seguintes termos:

Art. 33. [...]

[...]

XVIII - antes da nomeação, arguir e aprovar por maioria absoluta os nomes dos Titulares da Defensoria Pública, da Procuradoria-Geral do Estado, do Ministério Público de Contas, das Fundações Públicas e das Autarquias e dos Presidentes das Empresas de Economia Mista, órgãos equivalentes ou assemelhados, além de escolher 2/3 (dois terços) dos membros do Tribunal de Contas do Estado, por voto secreto, após arguição pública; quanto a esses últimos, observado o disposto no art. 235, III, da Constituição Federal e no parágrafo único do art. 62 desta Carta;

[...]

Art. 3º Os incisos IV e XIII do §1º do art. 159 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 021, de 06 de maio de 2008, passam a vigor com a seguinte disposição normativa:

Art. 159. Constituem patrimônio histórico, turístico, social, artístico, ambiental e cultural roraimense os bens de natureza material e imaterial, de interesse comum a todos, tombados individualmente ou em seu conjunto, os quais contenham referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade roraimense, dentre os mesmos se incluem: (NR)

[...]

§1º [...]

[...]

IV - as corredeiras de Garã-Garã e Sete Quedas, em Uiramutã; (NR)

[...]

XIII - toda a extensão das margens dos rios Uraricoera, Tacutú e Surumú, na faixa de 200 metros, a partir de suas margens, como área de proteção, de ambiência e de visibilidade; (NR)

[...]

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de agosto de 2012.

Deputados

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

= PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA =

ATA DA 2082ª SESSÃO, EM 14 DE DEZEMBRO.

42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia quatorze de dezembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octogésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Marcelo Cabral) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Projeto de Resolução s/nº, da Deputada Ângela Águida Portella, dispondo sobre a criação do Diploma “Amigo da Escolegis”.

- Proposta de Emenda Constitucional s/nº, do Deputado Coronel Chagas, acrescentando parágrafo único ao art. 29 da Constituição do Estado de Roraima.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

- Mensagem Governamental nº 053, de 13/12/11, submetendo à apreciação o Projeto de Lei Complementar que “Altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 149, de 16/10/2009, que cria o Programa Roraimense de Regularização Ambiental Rural – RR Sustentável, disciplina as etapas do Processo de Licenciamento Ambiental de Imóveis Rurais, nos dispositivos que menciona; revoga a Lei Complementar nº 173, de 27/11/2010, e dá outras providências”.

EXTERNOS:

- Comunicado nº AL160186/2011 ao nº AL160188/2011, de 17/11/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros para as Associações de Pais e Mestres de escolas estaduais e municipais.

- Comunicado nº CAL000035/2011, de 30/11/11, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, solicitando que seja desconsiderado o comunicado nº 137535.

- Ofício nº 054/DEIOP/CBMRR/2011, de 12/12/11, do Corpo de Bombeiros Militar, solicitando agendamento de uma visita de 25 alunos da rede pública de ensino Estadual, com o intuito de que possam conhecer melhor as atividades desenvolvidas por esta Casa Legislativa Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, não há Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo Oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia. Requerimento assinado por vários Deputados em conformidade com o artigo 192, parágrafo único do inciso I, alínea b, combinado com o inciso XVII do artigo 196 e incisos I e XVII, todos do Regimento Interno, requerendo a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que solicite da Agência de Fomento do Estado de Roraima – AFERR, informações a respeito dos créditos existentes para o Estado de Roraima, oriundos das dívidas do antigo Banco do Estado de Roraima – BANER, e quais procedimento estão sendo tomados pela Agência no sentido da adimplência. Após a leitura do Requerimento, foi constatado a falta de quórum para deliberação e, por conseguinte, foi transferida a Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Requerimento.

O Senhor Primeiro Secretário (Marcelo Cabral) – Lido o Requerimento

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Flamarion Portela pede Questão de Ordem.

- Senhor Presidente, não dá para deliberar porque nós não temos 13 Deputados presentes.

O Senhor Deputado Marcelo Cabral pede Questão de Ordem.

- Senhor Presidente, é necessário que haja quórum para deliberar a matéria.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo quórum para deliberação das matérias, transferimos a Ordem do Dia de hoje para a próxima Sessão.

Carta dos produtores rurais de Campos Novos aos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa. Fizemos o presente instrumento para solicitar o agendamento de um encontro com os Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais, no sentido de buscar auxílio e esclarecimentos a respeito da execução do programa “Luz Para Todos”, pois esse benefício

do Governo Federal está sendo realizado em outras regiões do nosso município, enquanto nossa colônia de Campos Novos está ficando esquecida.

O Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Iracema, Cicinho da Cachoeira, esteve com a Presidente da CERR este mês e, segundo ele, ela afirmou que é preciso que o Governo autorize duas licitações para que a nossa região possa ter energia suficiente para abastecer as vicinais. Já fizemos uma reunião com a Senhora Maria da Conceição Santana Escobar, Presidente da CERR, em abril deste ano, ocasião em que ela afirmou que dentro de semanas a empreiteira iniciaria os trabalhos aqui, mas, infelizmente, era somente promessa vã, até hoje, nada.

Diante dessa situação de descaso conosco, nós, os agricultores de Campos Novos esperamos que os Senhores Deputados, e as autoridades constituídas, possam nos ajudar nessa luta.

Cordialmente,

Atevaldo Andrade de Oliveira

Explicações Pessoais:

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu gostaria, primeiramente, de saudar o Senhor Atevaldo Andrade de Oliveira, da Comunidade de Campos Novos, do Município de Iracema, e dizer da necessidade daquela comunidade de ser atendida pelo Programa “Luz Para Todos”. Hoje, eu estou aqui, cobrando do Poder Público deste Estado que tenha a responsabilidade de estar junto com o Poder Público Federal para levar o Programa “Luz Para Todos” para as comunidades do nosso Estado. Estamos procurando o Ministério das Minas e Energia, através de seu representante, para que possamos cobrar que seja atendida essa necessidade na Comunidade de Campos Novos. Vamos até a CERR, procurar a Senhora Presidente, Conceição Escobar, para que possa, o mais breve possível, atender à solicitação daqueles produtores, tendo em vista que, o setor produtivo, Senhor Presidente, que é um dos representantes do setor produtivo desta Casa, é uma das prioridades que devem ser atendidas por esses parlamentares, no sentido de ter energia, estradas, vicinais, rodovias, assistência técnica, para que possamos produzir e escoar a produção. Precisamos ser atendidos dignamente pelo Estado de Roraima, por este Governo, que vem fazendo tanto o nosso povo sofrer. Então, eu quero me congratular e agradecer ao Senhor Atevaldo por trazer a comitiva de Campos Novos, para que possamos juntos lutar para que o Programa “Luz Para Todos” seja efetivado naquela localidade. Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – A Mesa Diretora quer cumprimentar a todos os produtores que nos honram com suas presenças nesta Casa.

Quero solicitar ao Deputado Brito Bezerra que os acompanhe até à CERR para tomar as providências necessárias.

Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer o uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão e convoco outra para o dia 08, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral e Remídio Monai.

Aprovada Ata Sucinta em: 15/12/2011

**ATA DA 2085ª SESSÃO, EM 21 DE DEZEMBRO.
42º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATIVA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e um de dezembro de dois mil e onze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octogésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo segundo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – Lida a Ata.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

EXTERNOS:

Ofício nº 2325/11, de 13/12/11, da Superintendência Regional de Roraima, informando sobre Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Marcelo Cabral**) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado **Erci de Moraes** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, funcionários da Casa, imprensa e amigos que nos prestigiam nesta manhã.

Uso o Expediente para tecer algumas considerações que acho que até já devia tê-las feito há mais tempo. O homem tem a obrigação de ser autêntico e coerente consigo mesmo, antes mesmo de com os outros. Esta é a minha terceira legislatura, convivo com colegas das mais diferentes índoles nesta Casa, e procurei sempre conviver com todos de forma pacífica e harmônica, sendo, sobretudo, educado nos embates que são normais no Parlamento. Sempre procurei me conter e colocar as coisas com civildade, mas chega o momento em que a gente extravasa devido a algumas coisas que ocorrem nesta Casa e que são injustificáveis ao meu ver. Quero dizer com isso, meus colegas Deputados, que o sentimento que eu experimento neste momento é de profundo desencanto e frustração. Ontem, quando eu cheguei em casa, antes de dormir, peguei um livro do Rubens Alves, cujo título é “Conversando sobre política”, e reli mais uma vez o que ele pensa sobre os políticos. Ele os divide em duas partes: políticos por vocação e políticos por profissão. E, eu consegui internalizar alguma coisa dessa leitura. Ele diz o seguinte: “O político por vocação se realiza pela própria ação que pratica como ente político; e o Político por profissão se realiza por aquilo que aufere de material. Isso é uma coisa profunda, e não fui eu quem escreveu, foi ele! Mas faz com que a gente reflita. Eu vim para esta Casa, já na condição de aposentado no serviço público, e quando comecei não tinha a pretensão de exercer mais de um mandato, pois sempre tive a curiosidade especial de viver a situação de Deputado, mas as coisas foram acontecendo e nós tivemos um segundo mandato, uma passagem pela Vice-Governadoria, e hoje nós estamos aqui no terceiro mandato. No momento, não tenho qualquer projeto de um quarto mandato. Diferente do meu saudoso amigo Ottomar, não vou pleitear um quarto mandato, porque eu acho que o homem tem que saber a hora de parar e a hora de continuar, e a minha hora de parar chegou.

Contudo, eu quero cumprir este mandato até o último dia com dignidade, trabalho e respeito absoluto pela sociedade que aqui me colocou. O que eu vou falar agora, não se restringe ao episódio que aconteceu nos últimos dias, isso é antigo, vem de outras legislaturas e, diga-se de passagem, do nosso segundo mandato, em que retornavam alguns ao Parlamento e outros pela segunda vez. Nós éramos 13, os eleitos, e depois de eleitos e diplomados, fomos verificar a existência de um casuísmo nesta Casa para sermos solidários com os que saíram, não com os que ficaram, até porque continuavam Deputados. Então, não estou acusando nenhum dos que estão aqui, mas deram-lhe uns presentinhos de aumentar 45 dias de mandato em prejuízo de nós que tínhamos suado a camisa, uns para voltar a esta Casa e outros para vir pela primeira vez. Desses, ainda sete permanecem aqui dentro. Fizem parte desta decisão comigo a Deputada Aurelina, o Deputado Jalser, o Deputado Chicão, o Deputado Ionilson e outros, nós ficamos de fora, e não fomos procurar briga com a Assembleia Legislativa, fomos ao Supremo e conseguimos algo que nos permite ainda acreditar na Justiça Eleitoral e no Supremo. Onze dias depois que demos entrada no processo, ele não recebeu só a liminar não, foi julgado por um colegiado e obteve os onze votos do Supremo Tribunal Federal. Convivemos com a situação, assumimos e não viemos com isso criar caso, mas

observamos que o Parlamento Estadual, esta Casa Legislativa, parece que não entendeu a lição, porque, às vezes, o que não se resolve aqui dentro, se resolve de uma outra forma, pois a justiça final é a que julga. Estou relatando este fato, meus amigos, para dizer o seguinte: tenho procurado contribuir da maneira que posso. Nesse ano, especialmente, tenho realizado um trabalho que digo dos mais penosos e que exige um tempo precioso do cidadão que a ele se dedica, que é o papel de corregedor dos meus colegas, pois de repente começaram a surgir denúncias e representações, e este é um trabalho que tem que ser feito com muita parcimônia, com muito bom senso, com equidade sobretudo, para não atropelar um colega e não criar uma situação, muitas vezes, embaraçosa. Ao mesmo tempo, o Corregedor tem que ser presente, tem que agir não em função ou em favor do colega, mas pela defesa intrínseca da ética e do decoro do Parlamento e não do Parlamentar, por isso, a tarefa se torna um trabalho árduo. Pois bem, eu tenho exercido esta Corregedoria com toda a complexidade valendo-me dos funcionários do meu gabinete, pois ainda não há uma estrutura da Corregedoria. E, no dia 29 de novembro eu dei entrada, na Mesa Diretora, da qual faço parte, e encaminhei ao Senhor Presidente, um Projeto de Resolução reestruturando a Corregedoria. Tenho buscado apoio do Presidente, tenho dialogado com ele, mas as coisas estão sendo empurradas. Nós estamos, talvez, no penúltimo dia de encerrar o período legislativo deste ano, a minha Emenda já foi lida aqui, há 15 dias atrás, mas nenhuma outra providência foi tomada até onde sei. No entanto, ontem votamos uma série de resoluções, e agora chega mais uma. Nada contra, mas é bem mais recente que a minha a do PROCON, colega Chagas. A estrutura que pleiteio para a Corregedoria é a mínima necessária, não inventei, a gente observou em outras Corregedorias como funciona em outros Parlamentos. Se não bastasse isso, ontem, cominei mais uma vez com algo que não considero que seja correto. A PEC que apresentei no primeiro dia útil do segundo semestre legislativo, para que pudéssemos discutir em exaustão, se fosse o caso, e no meu vê não é, pois se trata meramente de uma adequação que o Congresso Nacional já faz na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, parece que para ser votada, precisamos criar um mundo aparte no Estado de Roraima, diferente. Isso serve até de reflexão quando nos queixamos tanto do Governo Federal. Acho que devemos olhar um pouco mais para dentro de nós, pois aqui vivemos e fazemos política. Eu ficaria mais satisfeito se minha Emenda tivesse tramitado em 30, 60 ou 90 dias e tivesse sido votada e não aprovada, pois eu até entenderia, mas não. E, o tempo foi passando, foi preciso muita insistência para que viesse à pauta, e quando veio, tive a decepção de assistir uma série de manobras regimentais que considero até injúria, porque palavra tem valor, quando dou a minha palavra não preciso jurar, porque a honro. E, quando chegou a hora, os Senhores estavam aqui e sabem, no momento que foi verificado que não existia condições porque havia 15 votos no Plenário, uma última e derradeira manobra fez com que um colega pedisse adiamento de discussão para que fosse a pauta de hoje, e fui razoável porque acho que essa é a função do político. Nós, para chegarmos ao atual estágio de cidadania, levamos 500 anos para que as mulheres saíssem da semiescavidão para terem direitos plenos hoje em dia. Só que os tempos são outros, vivemos no mundo da informática, da velocidade, onde tudo acontece num piscar de olhos. Esse é o perigo, ou nós refletimos um pouco, raciocinamos bem as coisas e tomamos as medidas que precisamos tomar, ou corremos o risco de sermos atropelados. Eu já vivi o dobro da média dos Senhores Deputados, sei o que estou dizendo, e, por isso, não vou retirar a minha Emenda, porque concordei em abrir mão da metade do tempo que pleiteava para que fosse ocupado pela atividade parlamentar e, mesmo assim, parece haver dificuldade. Quero dizer aos meus colegas que não me preocupo se ela vai ser aprovada ou não, mas de qualquer modo quero pedir aos meus Pares que reflitam um pouco até a hora que for para discussão e votação, porque ela não traz nenhum prejuízo para o nosso Parlamento, mas sim ganhos, e muitos ganhos como: decência, transparência, demonstração clara desse Poder que quer trabalhar em favor da sociedade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Deputado Erci, é com profunda alegria que faço aparte a Vossa Excelência. Primeiro, pelo desabafo de forma efêmera, suave, desabafo extremamente respeitável a seus Pares. Nelson Mandela já disse que o tamanho de uma Nação se mede pelo tamanho da grandeza de seu Parlamento. O Poder Legislativo é o mais nobre dos poderes, o mais

bonito. Eu já disse aqui, no começo do ano, e volto a repetir, que também vivia aqui como um Deputado alegre, mas confesso, Deputado Erci, que hoje me sinto decepcionado com o Poder Legislativo do jeito que está agora. Ouvi o Deputado Marcelo dizer na Tribuna como se sentia como cidadão comum, que achava que aqui existia um grupo de palhaços, e hoje, a situação estava pior do que antes, quando ele estava lá fora. Já ouvi outros dizerem que o Regimento Interno não vale mais nada, pode rasgar, jogar fora, porque está sendo descumprido, e vemos a dinâmica do Poder Legislativo como está se processando. Então, o desabafo de Vossa Excelência deve tocar no coração de todos nós. E, a respeito da Emenda de Vossa Excelência, ainda bem que pensa assim, ela pode ser rejeitada ou aprovada, pois é legítima a manifestação de cada Parlamentar. Agora, as manobras agrides não a Vossa Excelência, mas agride ao Poder, à sociedade, porque ninguém tem coragem de dizer que é contra, e vamos adiando, protelando para não agredir o Deputado Erci de Moraes. Acham Vossa Excelência é quase isso, mas é o Parlamento que precisa disso, o Parlamento tem que mostrar para sociedade o que quer e, uma das essências do Parlamento é trabalhar em favor do conjunto da sociedade. O meu abraço fraternal pelo desabafo que Vossa Excelência fez de forma suave, efêmera, mas, com certeza, muito valoroso para todos nós. Parabéns.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua. Obrigado, Deputado Flamarion, pela solidariedade.

Para concluir, vou encerrar com um apelo ao Presidente, Chico Guerra, pois ainda espero o cumprimento da palavra empenhada, para que a Resolução da estrutura da Corregedoria seja ainda colocada em pauta, em discussão e votação ainda esse ano, porque do contrário, se isso não ocorrer, e não é ameaça, é palavra de um homem, eu vou colher assinaturas para extinguir a Corregedoria se eu não contar com o apoio desta Casa e, principalmente, com o apoio dos que dirigem a Casa. Deixo na consciência dos Senhores o destino da PEC 05. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Não havendo mais Orador inscrito para o Grande Expediente, passamos para Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Resolução Legislativa nº 033/11, que “Cria na estrutura da Assembleia Legislativa o Serviço de Orientação e Defesa do Consumidor – PRONCON/ASSEMBLEIA, e altera a Resolução nº 009/11, de 06/07/11, que “dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e dá outras providências, de autoria da Mesa Diretora; do Projeto de Lei nº 055/11, que “dispõe sobre a proibição do uso de capacete dentro de estabelecimentos comerciais, no Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz; com Substitutivo do Deputado Soldado Sampaio; do Projeto de Lei Complementar nº 027/11, que “altera, acresce e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 149, de 16/10/09, que “cria o programa roraimense de regularização ambiental rural –RR Sustentável, disciplina as etapas do processo de licenciamento ambiental de imóveis rurais, nos dispositivos que menciona, revoga a Lei Complementar nº 173, de 27/12/10, e dá outras providências”, de autoria Governamental; da Proposta de Emenda Constitucional nº 005/11, que “dá nova redação ao artigo 2º, do artigo 30, da Constituição do Estado de Roraima”, de autoria de vários Deputados.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final possa analisar e emitir parecer aos projetos de resoluções legislativas.

Suspensa a Sessão.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Dou por reaberta a Sessão.

Comunico aos Senhores Deputados que a Ordem do Dia fica transferida para a próxima Sessão.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo quem queira usar do Expediente e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 22, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 22/12/2011

**ATA DA 2136ª SESSÃO, EM 02 DE AGOSTO 2012.
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

= **ORDINÁRIA** =
= **PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.**

Às nove horas do dia dois de agosto de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima trigésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Marcelo Cabral) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

Ofício nº 021/12, de 01/08/12, da Deputada Ângela Águida Portella, comunicando sua ausência na sessão do dia 01/08/12.

EXTERNOS:

Ofício nº 679/12, de 30/07/12, da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, informando a celebração do convênio nº 055/2012, que tem como objetivo a realização do Projeto “Danças Folclóricas”.

Convênio nº 056/12, tendo como objetivo a realização do Projeto “O Nordeste no meu Terreno”; Convênio nº 057/12 tendo como objetivo a realização do Projeto “Viva Cultura Viva Comunidade”.

Convênio nº 058/12 tendo como objetivo a realização do Projeto “Conhecer Para Preservar; e o Convênio nº “060/12 tendo como objetivo a realização do Projeto “São João Danado de Bom”.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia: discussão e votação de Projeto de Resolução Legislativa nº 07/12, que “Dispõe sobre a suspensão das Sessões Plenárias no período em que menciona, e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, bem como a Mesa Diretora, possam analisar e emitir parecer à matéria

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura Projeto de Resolução Legislativa nº 07/12.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – (Lido Projeto de Resolução Legislativa nº 07/12).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a matéria. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir a matéria. Coloco-a em votação. A votação será eletrônica e nominal.

Votando sim os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria e votando não, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou aprovado o Projeto de Resolução Legislativa nº 07/12.

Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia passamos para Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, faço uso deste expediente para informar que ontem recebi em meu gabinete alguns colaboradores de empresas de economia mista deste Estado, em especial, da CODESAIMA, uma companhia que deveria ser crucial

para alavancar o desenvolvimento econômico do nosso Estado, eles reclamam dos atrasos nos pagamentos. Vejam só, os servidores da CODESAIMA, no mês passado, receberam no dia 13, ou seja, 43 dias de pois de iniciar os trabalhos é que eles estão recebendo os salários mensais. E, este mês ainda não receberam, e já é dia 02 do mês de agosto, a previsão é só para o dia 10. Então, eu faço esse registro aqui, pois a CODESAIMA é uma empresa de economia mista, tem recursos próprios e pode honrar seus compromissos em dia e, os servidores daquela empresa estão sofrendo com o atraso de suas contas, paga-se juros em todas as faturas.

Gostaria que Vossa Excelência, Presidente desta Casa, solicitasse providências quanto ao cumprimento das normas legais que dizem respeito ao pagamento de servidores pelo Poder Público e empresas de economia mista.

Senhor Presidente, também recebi pessoas da Vicinal PA Jacaminzinho que solicitavam informações por conta da obra realizada na estrada, que não foi concluída, apenas raspada, e permanece com bueiro, causando acidentes. Essa obra já foi dada como concluída, porém não foi resolvido o problema, a estrada foi apenas raspada. Era o que tinha, Senhor Presidente. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo nenhum Deputado que queira fazer o uso da palavra, e nada mais a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 07 à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Sargento Damosiel. Aprovada Ata Sucinta em: 07/08/2012

**ATA DA 2137ª SESSÃO, EM 07 DE AGOSTO 2012.
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

ORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia sete de agosto de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima trigésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Remídio Monai) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus, e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Marcelo Cabral) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Remídio Monai) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Indicação s/n, de 01/06/12, do Deputado Jean Frank, indicando a recuperação, a terraplanagem e o asfaltamento da estrada que dá acesso à Vila Paredão, no município do Alto Alegre, que se encontra em estado crítico.

Memorando nº 038/12, de 01/08/12, do Deputado Marcelo Natanael, comunicando sua ausência na sessão do dia 02/08/12.

Memorando nº 022/12, de 02/08/12, da Deputada Ângela Âguida Portella, comunicando sua ausência na sessão do dia 02/08/12.

Ofício nº 055/12, de 02/08/12, do Deputado Jean Frank, comunicando sua ausência na sessão do dia 02/08/12.

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 032/12, de 03/08/12, que dispõe sobre a Reestruturação do Programa Bolsa de Estudo Universitária, de que se trata o art.151, parágrafo único, da Constituição do Estado de Roraima, e de outras providências.

EXTERNOS:

Ofício nº 153/12, de 02/08/12, encaminhando a minuta do Projeto de Lei que visa alterar dispositivos da Lei Complementar nº 002, de 22/09/1993, e da Lei Complementar nº 88, de 29/09/2005.

Ofício Circular Externo nº 36/12, de 19/06/12, da Secretaria Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos ao Fundo Estadual de Assistência Social.

Ofício nº 1298/12, de 19/07/12, da Caixa Econômica Federal, notificando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União.

Ofício nº 1339/12, de 24/07/12, da Caixa Econômica Federal, notificando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União.

Ofício nº 137/12, de 02/08/12, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, encaminhando Relatório de Atividades 2009-2011.

Ofício Circular nº 027/12, de 31/06/12, da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração, encaminhando cópia do Decreto nº 14.367-E, de 23/06/12, que altera e dá nova redação aos artigos 3º, 4º e 5º do Decreto nº 8.618-E, de 18/01/12, referente aos projetos de tecnologia da informação dos órgãos e entidade da administração direta e indireta.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder a chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores desta Casa, Senhoras e Senhores que se encontram no plenário, quero informar que passei grande parte do recesso conversando com amigos, visitando municípios do interior do Estado como: Cantá, Rorainópolis e Caracará e, a cada dia que passa, percebemos o descrédito da população na classe política. Estamos em período de campanha eleitoral, mas para sairmos às ruas pedindo voto não é fácil, porque a população tem todos os motivos para reclamar devido as péssimas condições da saúde e da educação no nosso Estado. As ruas da capital, assim como as do interior do Estado, estão sem condições de trafegabilidade. Percebemos que no interior do Estado há candidatos que estão indo para a reeleição tentando fazer um tapa buraco, algo de emergencial para mostrar serviço à população. Mas a população pensa! Será que temos, cara de bobo? Estão tentando nos enganar? Já se passaram 4 anos e não fizeram nada! Então, é difícil levarmos uma mensagem de esperança, de voto ético. Quando abordamos o pai de família, percebemos que ele reclama de tudo, da saúde, da educação, da segurança, do transporte escolar. Entretanto, a coisa é arrematada com o pedido de um cargo comissionado, ou de uma bolsa universitária para o filho. Se o candidato tiver isso para oferecer, terá em troca em torno de quinze votos. Eu já saí de algumas casas decepcionado e as pessoas que lá estavam também ficaram decepcionada porque eu falei com sinceridade, pois não prometo o que não posso cumprir, fui levar uma mensagem e um pedido de voto em cima de propostas concretas para tornarmos a nossa cidade mais humana, dando uma maior atenção para as pessoas carentes e não para dar emprego. Quero dizer a todos os Roraimenses que no dia sete de outubro teremos a oportunidade de fazer o diferencial, votarmos em Vereadores e Prefeitos comprometidos com o bem público e não elegermos Vereadores ou Prefeitos que estão sendo candidatos pela primeira vez, onde estudamos o histórico dessa pessoa ou o grupo a que pertencem e já vemos com clareza qual será o futuro desse político, pois será apenas mais um a cair no descrédito da sociedade. Então, fica o pedido ao eleitor de fazermos uma eleição consciente.

Amanhã, estarei encaminhando uma denúncia ao Ministério Público e a Polícia Federal, como forma de precaução do que pode acontecer no interior do Estado, haja vista que estive em Rorainópolis e percebi que a rejeição do atual Prefeito é muito grande, e seu grupo político tem o seguinte discurso: “ no último mês a gente vira o jogo”. O grupo do atual Prefeito é forte, já ganhou uma eleição no Estado usando a máquina. Eu não quero acreditar que o atual Prefeito Janus faça isso, mas de uma coisa tenho certeza, o passado político das nossas eleições nos coloca em alerta. Ouvi um cidadão dizer que em Rorainópolis não iria fazer muito uso do poder econômico, agora em localidades que não têm policiamento como Colina, Equador, Jundiá e Martim Pereira a coisa iria ser diferente. Então, estou enviando um documento ao Ministério Público Eleitoral e Estadual, a Polícia Militar e Civil, pedindo mais rigor. Não podemos fazer das eleições um balcão de negócios, deve ser punido o eleitor que vende o voto e o político que tenta comprá-lo. É nessa prática de mau uso do dinheiro público que me deparei com uma situação calamitosa em Rorainópolis, mais precisamente no Hospital e fiquei assustado. Tenho visitado outros hospitais no interior do Estado e é do

conhecimento de todos que por várias vezes estive visitando o hospital geral, onde fizemos um levantamento de dados, fotos do que vimos, mas em Rorainópolis é muito pior. É difícil chegarmos em Rorainópolis e vemos uma mãe de família com uma criança doente, sem encontrar amparo algum naquele hospital, muito pelo contrário, ela estava com medo da criança sair com uma infecção pior do que a que tinha chegado lá, ao ponto dela falar: “Vocês políticos roubem nas obras, na educação, no faturamento da energia, mas na saúde não! Pelo amor de Deus!” Eu disse que era da oposição, mas ela não queria saber. E, ela também disse que todos políticos são ladrões. Esse foi o desespero daquela mãe de família. Eu tenho isso gravado! E, ela me pegou pelo braço e saiu me mostrando tudo, fiz questão de registrar, tirar fotos, haja vista que uma imagem vale mais que mil palavras. Havia baratas mortas pelos corredores. Os servidores da empresa responsável pela limpeza estão há 6 meses sem receber e há mais de uma semana que não vão ao hospital de Rorainópolis. Está registrado em fotos o lixo amontoado dentro do hospital, contendo seringas, sangue e vômito. As pessoas têm receio de se consultar por acharem que vão sair de lá pior do que chegaram. É uma falta de respeito, é uma falta de vergonha. E isso na cara do Secretário de Saúde e do atual Governador. Não dá para aceitar! Eu não admito que nenhum Deputado da base Governista venha defender o atual Secretário de Saúde e o Governador pela forma que vem administrando a saúde do nosso Estado, porque falta de dinheiro não é, está aqui o orçamento da saúde e o excesso de arrecadação do Fundo de Saúde, mais de duzentos milhões. E, nós percebemos nos quatro cantos do Estado que a saúde não tem sido tratada como deveria. Vemos as pessoas chamando os políticos de ladrões, não querem nem saber se são de base aliada ou de situação. E, tivemos que entender porque não podíamos fazer nada naquele momento, a não ser ficarmos calados e ouvirmos o desabafo daquelas pessoas. Em Rorainópolis, uma mãe levou a filha para tomar soro e não tinha escalpe, e ela teve que comprar na farmácia. E o pior disso é que a Diretora da Unidade de Saúde disse que estava tudo bem, mas que não poderia atender o Deputado porque estava ocupada e disse para os funcionários não permitirem tirar fotos, ou seja, a recomendação era para botar para debaixo do tapete. Só que tentaram botar as baratas e quando eu cheguei, elas estavam andando pelos corredores, muitas delas já estavam mortas porque as pessoas pisaram. Eu não estou inventando, isso não é invenção de Deputado de oposição que quer prejudicar o Governo. É só irem à Rorainópolis e conversem com a população local!

Até o raio X está interditado, a vigilância sanitária a interditou há mais de três meses por estar liberando radiação por mais de vinte metros fora do hospital. Isso é perigoso. O aparelho de raio-x só pode ser usado em caso de emergência, de alguma fratura, e mesmo assim os profissionais são recomendados a usar com toda a precaução, para salvar vidas. Então, Senhores Deputados, eu me senti no dever de dar, no mínimo, uma satisfação àquela mãe de família que estava com seu filho com suspeita de dengue e recorreu a uma unidade de saúde, se deparando com aquela situação. E aí, por infelicidade dela, ou felicidade, não sei, mas pelo menos, naquele momento eu estava lá. Havia outras pessoas que tinham vindo das vicinais e há dias estavam jogados em uma maca sem terem o mínimo de assistência. Os profissionais altamente desmotivados e somente os concursados ainda reclamavam, porque os cargos comissionados simplesmente não podem nem aparecer com medo de perseguição.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer-lo pelo aparte e, também, parabenizá-lo pelo pronunciamento. Senhor Deputado, na primeira parte do seu discurso Vossa Excelência mostra uma mea culpa e gera uma reflexão também na consciência de todos nós parlamentares, políticos. Tenho observado isso desde o início do processo eleitoral, ainda durante as convenções partidárias. Em todos os municípios deste Estado que eu visitei, participando das convenções, especialmente das convenções para vereadores e prefeitos, nós notamos, deliberadamente, um desinteresse total por parte da população em razão do processo político que se avizinha. Isso é, sem dúvida nenhuma, a descrença que a população tem por nós, políticos, porque, infelizmente, nós não temos conseguido fazer com que a vida das pessoas melhore. Nós temos vivido, nos últimos anos, meu caro Deputado, tempos difíceis para a classe política. Alguns se envolveram em coisas erradas e são escândalos em cima de escândalos, desvios de verbas, desvios de recursos, enfim, é toda uma problemática que faz com que a população passe a se comportar

desse jeito, a ponto de nós sermos até agredidos na rua. As pessoas acabam generalizando os políticos, colocando todos no mesmo saco e amarrando a boca. Então, é um momento interessante para que nós possamos refletir, e vemos de que forma nós estamos dando encaminhamento aos recursos desse Estado. O que nós estamos fazendo com o orçamento? Estamos direcionando os recursos para a real necessidade da população? Acho que há muita coisa errada que deve ser corrigida sim. Parabéns a Vossa Excelência pelo pronunciamento. Pronunciamentos como esse enriquecem o parlamento. É necessário que nós façamos isso e que nós passemos a olhar para o nosso próprio umbigo, pois estamos já na metade de nossos mandatos e até agora contribuímos em que para, realmente, melhorar a vida das pessoas? Eu me associo ao discurso de Vossa Excelência e quero dizer que não tenho nenhuma cerimônia em dizer que nós estamos aqui meio que apático nesta Casa. Que me perdoem os outros parlamentares, que me perdoe a Assembleia como instituição, mas poderíamos fazer mais sim. As notícias são ruins, sim. Agora mesmo tivemos essa notícia de impedimento da titulação das terras por parte da Justiça Federal por suspeita, sei lá, de estarem aí grilando terras, a suspensão por parte da FEMACT do licenciamento ambiental, os problemas na saúde, problemas de toda ordem que fazem com que realmente façamos uma reflexão da nossa mea culpa, para que possamos ver como poderemos melhorar a vida das pessoas, sob pena de piorarmos ainda mais o sentimento da população. Muito obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Muito obrigado, Deputado, pelo aparte. Quero afirmar a Vossa Excelência que o que está acontecendo no nosso Estado é o reflexo da eleição de 2010. Eu conheço o Sul do Estado e acredito que a vicinal de São Luiz do Anauá, que liga o município com Serra Dourada, está interditada, a que o liga com Rorainópolis está interditada, a Vicinal XVIII está interditada e algumas pessoas já foram reclamar esta semana e u disse: “Olha! Vocês não devem reclamar não, porque aqui, o Governo atual ganhou no primeiro e no segundo turno e vocês diziam que quem mandava era a máquina. Então, vão reclamar para a máquina”. Fui em Rorainópolis também e vi a situação do hospital. É verdade. Vocês devem reclamar para a máquina, pois eles falavam aqui e o reflexo está aí. Agora, o Senhor também não deve aceitar, pois se dissessem isso para mim, eu diria que a pessoa é a culpada por não saber votar, pois quem vende o voto tem esses resultados. As eleições estão começando outra vez e espero que não vendam novamente o voto. Então, quero me juntar a Vossa Excelência também e pedir que tenhamos mais reação, pois o povo também é culpado por ter vendido o voto, principalmente em São Luiz, Baliza e Rorainópolis. Parabéns pelo Vosso pronunciamento. Quero incluir o meu aparte no seu discurso pois, infelizmente, a realidade é essa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Sargento Damosiel – Deputado, gostaria de parabenizá-lo pelo seu discurso sempre na defesa desse nosso povo já tão sofrido. Vossa Excelência já até adiantou, realmente, eu estive em Rorainópolis, visitei algumas vicinais e acompanhei de perto o clamor do povo. Já nas primeiras apresentações, com as pessoas que a gente conversou, a primeira reclamação foi com relação à saúde. Realmente, essa é uma questão com a qual o governo já deveria ter se preocupado, porque esse problema com a saúde já é comum. E hoje, como Vossa Excelência falou, a situação está mais grave. Visitei o hospital e vi realmente a precariedade. O Hospital está imundo! E os problemas só se agravam a cada dia que passa. O que mais nos preocupa é que as autoridades responsáveis pelo sistema de saúde, que deveriam melhorá-lo, escondem o problema. Entretanto, eles não podem esconder esse problema porque o povo está lá dentro. As pessoas que estão sendo atendidas estão dizendo que não há médicos, remédios. O Hospital de Rorainópolis, infelizmente, está uma calamidade. E, pedimos que as autoridades não tentem disfarçar que esse problema não existe e tomem as devidas providências. Eu estive em Rorainópolis, mas também estive, Deputado, na Serra do Tepequém. Fui conhecer a plantação de morangos. E, nessa oportunidade, eu pude perceber a falta de incentivo do Governo, pois não havia lá, nenhum representante do Governo. Os produtores que lá estão são, na verdade, sonhadores, mas diante de uma dificuldade imensa, eles conseguiram hoje, plantar alguns hectares de morango. E sonham em ampliar e criar uma perspectiva boa para o nosso Amajari e para o nosso Tepequém. Todavia, reclamam que nem o prefeito foi lá para prestigiar a produção. Eles reclamam que nenhuma autoridade do Governo os apoia com incentivo. E, são produtores do setor privado que não têm nada a ver com o Governo, mas que precisam da ajuda do Governo.

Mas sabemos que as prioridades do Governo são outras, enquanto nosso Estado precisa produzir. E, quando vem um grupo querendo produzir, ao invés do Governo apoiar, ele dificulta a permanência desses pequenos produtores, dificultando o trabalho deles, quando deveria facilitar, porque isso vai ser bom para todos, para a região, para o povo, para o Estado. Estou fugindo um pouco do seu discurso, mas, às vezes, não entendemos realmente para onde o Governo quer ir. Como cidadão, eu sinto isso. Então, quero parabenizá-lo pelo seu discurso e reafirmar que o que Vossa Excelência viu em Rorainópolis eu também vi. O Deputado Gabriel esteve lá esse final de semana e também viu. E, essa é a realidade do povo não só de Rorainópolis, mas de todos os municípios. Muito obrigado, Deputado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. - Obrigado, Deputado, pelo aparte. Concedo, com todo prazer, um aparte ao Deputado Erci de Moraes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Sampaio, eu não vou responder as suas críticas porque Vossa Excelência já sentenciou no início que não admitiria que fosse feita a defesa, por julgar talvez que fosse caso indefensável. Então, como amigo de Vossa Excelência, eu vou me preparar primeiro para depois defender. A diferença é que Vossa Excelência levantou dados, está preparado e eu não estou.

Mas, de qualquer sorte, eu quero me reportar a primeira parte da sua locução, em que Vossa Excelência falou do espírito do eleitor e disse claramente aquilo que já é do conhecimento de todos nós, ou seja, hoje, a história de quem corrompe e quem é corrompido é igual aquela história de quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha, tal o nível que isso assumiu em nosso Estado? E agora, com a advento da Internet, a gente vê isso muito mais claramente. Seria preciso que se elucidasse neste momento quem é o corruptor, se é o político, detentor de mandatos, ou se é o próprio eleitor. Quem é que está fazendo isso em maior escala? Na verdade, eu acho que nós, Deputados, não podemos ficar silentes diante de uma coisa: as críticas candentes da sociedade não são de hoje. Na pesquisa que esta Casa paga para mandar fazer, na do mês de junho já dizia claramente que os grandes problemas são da saúde, uma parte de infraestrutura devido as estradas e uma terceira que, se não me falha a memória, é segurança. É bem verdadeiro e eu gravei bem, que não é, pasmem, a educação. A educação até está muito bem avaliada no mês de junho.

Mas o que acontece é que nós, enquanto Deputados, enquanto componentes deste Poder Legislativo, temos feito a nossa parte, provendo com proficiência as demandas legislativas que vêm do Executivo. Muitas vezes, ou na maioria das vezes, por unanimidade dos presentes, independente de situação ou oposição, não estamos nos atentando aos problemas. Nesta mesma variação de junho há um dado lá que, no meu entendimento, é a razão pela qual a Assembleia paga para uma instituição fazer uma pesquisa para saber como é que andam os problemas e a imagem pública da Assembleia. Eu, particularmente, acho que no ano passado e neste exercício o Poder Legislativo tem se esforçado para fazer sua parte, promovendo simpósios, seminários, divulgações, enfim. E, tenta se passar a imagem que estamos realmente tentando fazer alguma coisa. Mas, acho que estamos pecando pela base. Isso é o que eu queria deixar claro. Agora há 19 Deputados, há pouco havia 18. Ora, nós fizemos um arranjo, um entendimento entre os Deputados para que se pudesse fazer face ao problema eleitoral e que tivéssemos as Sessões concentradas às terças-feiras para não prejudicar a parte legislativa. No entanto, até bem pouco tempo, 10 horas, havia apenas 75% dos parlamentares. Eu acho que, lamentavelmente, não era nem de se programar viagens ou outras atividades já que é um dia só por semana nesse período eleitoral. Era preciso haver essa consciência dos nossos pares. Envie os 24 para cá para decidirem aquilo que tem pauta prioritária para decidir. Se isso não bastasse, há um outro aspecto que eu gostaria de deixar claro. Apesar de nós termos pleno conhecimento, porque eu não admito que meus colegas não leiam as pesquisas que a Assembleia encomendam, nós continuamos silentes, letárgicos e desinteressados no que diz respeito a uma das coisas mais importantes de um Poder Legislativo que é a questão da reunião das comissões técnicas. Fizemos acordo para distribuição da Presidência da Casa, fizemos um esforço, mas não resultou em nada. Só se reúne comissão no momento de decidir um projeto. Não se reúne comissão para se discutir os graves problemas que estão afetando esta Casa. Enquanto nós não mudarmos essa postura, nós não poderemos nos queixar dos dados da pesquisa de junho. E, eu quero dizer aqui alto e em bom som: o Poder mais mal avaliado foi o Poder Legislativo. Enquanto o Poder Executivo teve

média 50% de aprovação e os prefeitos andaram por aí, a avaliação desta Casa não chega a 36% em média. Então, nós estamos levando uma culpa que talvez não seja toda nossa, pois não estamos reagindo para que a população reconheça o trabalho relevante do nosso Poder. Esse era o registro que gostaria de deixar para que fizéssemos uma reflexão profunda, porque do contrário, amanhã ou depois, se não tomarmos providências, alguém vai querer pedir o fechamento do Poder Legislativo.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Obrigado, Deputado. Quero me somar a Vossa Excelência nessa cobrança. Talvez o Senhor tenha razão quando diz que estamos assumindo uma culpa que não é nossa, pois não estamos reagindo a altura de um Poder que representa legitimamente o povo.

Aparte concedido ao Senhor Presidente Chico Guerra – Gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela coragem de trazer esse dois temas de relevante importância. Temos que ter uma reflexão profunda sobre o que o Senhor colocou, mas temos também que ter responsabilidade na hora de escolher os candidatos que vão nos representar nos próximos 4 anos nos municípios. O hospital de Rorainópolis está na situação que Vossa Excelência falou, mas no hospital de Normandia, que tem uma prefeitura mais pobre do que a de Rorainópolis, parece que lá as coisas funcionam, pelo menos o hospital está limpo, não há baratas. Se não elegermos pessoas que tenham compromisso com o município, veremos o desastre que está acontecendo em alguns municípios. Andamos no município de Pacaraima, lá não há buraco, mas em outros municípios, no meio das ruas parece uma cratera. Temos que ter muito cuidado na hora de escolhermos os candidatos. Um dos maiores problemas da saúde é a falta de recursos, mas também a falta de fiscalização. A Assembleia está numa campanha, em nível nacional, de mais recursos para a saúde, estamos colhendo assinaturas para que consigamos modificar a saúde no país. No ano passado, a UNIMED gastou 260 milhões para 40 mil filiados e o Estado gastou 320 para o resto do Estado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Concordo com Vossa Excelência. Também conheço o hospital de Normandia e vi pelo menos há 4 meses atrás um hospital limpo com os servidores satisfeitos, não ouvi reclamações da sociedade, havia ambulância para remanejar as pessoas para capital em casos mais graves, salas climatizadas. Eu acho que os recursos recebidos são suficientes para ofertar uma saúde de qualidade. Se o atual Secretário de Saúde não sabe da real situação que está acontecendo em Rorainópolis, ele deveria imediatamente, através de decreto, exonerar todos os subalternos que não têm competência para administrar o hospital de Rorainópolis. Se ele tiver conhecimento, essa exoneração cabe a ele. Fica meu pedido ao Secretário, sem meias palavras. Se sua Excelência, o Secretário, não tiver conhecimento do que estão vivendo os rorainopolitanos, tanto os da cidade como os das vicinais, deveria de imediato nem chamar para justificativa aqueles subalternos e exonerá-los de imediato. Contudo, se for de conhecimento do Secretário, como eu acho que é, cabe a ele fazer uma avaliação se o funcionário merece ou não continuar na Pasta. Ouvi de algumas pessoas que estavam no hospital que a culpa da falta de limpeza era por conta do não pagamento das empresas A ou B que estavam há 4 ou 5 meses sem receber para pagar os servidores, que eles estariam trabalhando de graça para as empresas porque elas não estariam recebendo. Tenho conhecimento, por informação de donos de empresas, que eles estão 3, 4 meses sem receber seus pagamentos e que alguns já se desfizeram do seu patrimônio particular para tentar arcar com os salários dos servidores. Recurso o Governo tem e eu vou provar que tem. Inclusive, essas terceirizadas, esses servidores recebem um salário mínimo ou até menos. Eu tenho vários contracheques de servidores, eles custam 3, 4 vezes mais para o governo. Alguém está ficando com esse dinheiro e não é o trabalhador. E o resultado desse desvio são esses lixos de 4, 5 dias acumulados dentro de um hospital onde as pessoas doentes estão precisando de tratamento. As pessoas, quando descem das macas, pisam em baratas, lixo, vômito. Estarei encaminhando ao Ministério Público todas essas fotos, filmagens e depoimentos de cidadãos que fizeram desabaços, que chegaram a dizer: roubem recursos das estradas, das vicinais, da educação, das obras, mas na saúde não, pelo amor de Deus! Nos deem de volta o dinheiro da saúde, nos deem uma saúde no mínimo de qualidade. Isso me entristece, pois eu não poderia ficar calado diante desses fatos.

Compartilho, Deputado Flamarion, com Vossa Excelência a preocupação do futuro do nosso Estado. Não há dinheiro para segurança, saúde, a educação vai de mal a pior, os servidores do Estado, concursados, estão aqui diuturnamente pedindo ajuda, a exemplo dos policiais civis

que acamparam nesta Casa e, depois de muita pressão, este Poder colocou o pé na parede para melhor analisarem o plano de cargos e salários da polícia civil, momento em que o governador percebeu que estava cometendo um grave erro e retirou o projeto desta Casa. Temos cobrado isso também há muito tempo para com os servidores da saúde, mas o Governador simplesmente baixou um decreto, nomeou uma comissão formada por pessoas que estão exercendo cargos comissionados, para elaborar o plano de cargos e salários e disse, em alto e bom tom, para os servidores da saúde “depois a gente manda uma minuta para Assembleia e vocês discutem dentro da comissão de saúde e educação”. Não é por aí, pois ele viu o exemplo claro do que aconteceu com os servidores da polícia civil. O plano deve ser discutido com a categoria. O governo tem que dizer abertamente para a categoria qual é o limite que ele pode conceder de reajuste para valorização do servidor, mas o governo não pode fechar, os ouvidos para não ouvir as reclamações desses servidores. Muitos servidores, Deputado Flamarion, ganham abaixo de um salário mínimo, servidores esses que já ganharam até dois salários mínimos, pois as reposições salariais não vem sendo concedidas como prevê a constituição e, a cada dia que passa, mais essa perda se acumula. E aí, Deputado Flamarion, quando nós concedemos 4,5% para alguns servidores que ganham abaixo de um salário mínimo, eles estavam felizes porque achavam que iriam receber aquilo que já ganhavam, mais 4,5%. Equívoco deles, porque simplesmente jogaram os 4,5% e diminuíram naquela parcela constitucional onde o servidor não pode ganhar mais que um salário mínimo, ou seja, continuaram ganhando a mesma coisa, não houve aumento real nenhum, simplesmente diminuiu o diferencial entre o que ganhavam antes como salário base e o salário mínimo. Então, está aí uma demonstração de como o governo tem tratado os servidores. Por outro lado, cargos comissionados nesse governo ganham muito bem e há pessoas que sequer moram no Estado. Recentemente, foi até matéria, em nível nacional, filhos de magistrados que não moravam no Estado e que ganhavam um bom salário. Isso é o fio da meada. Estão aqui mais de 6 mil cargos comissionados nesse governo. A CODESAIMA é um cabide de emprego. Vá à CODESAIMA no final do mês para ver a fila de pessoas assinando a lista de presença, sendo que vão apenas uma vez naquele órgão durante o mês para assinar a frequência. E em outros órgãos não é diferente. Estão aqui, mais de 06 mil empregos e olha que eu tive o cuidado de verificar as contratações e nomeações e fiz o levantamento das exonerações, e posso dizer que ele pode estar contratando e substituindo, mas não, é só adicionando, é enchendo a folha de pagamento. E aí o Governo está ultrapassando o limite da lei de diretrizes fiscais com essa contratação absurda de pessoal. Por isso, não consegue dar reajuste dar reajuste ao servidor efetivo, porque o servidor efetivo não foge da câmera de TV quando vai um Deputado ou a imprensa fiscalizar. O servidor efetivo faz greve, cobra, denuncia. Agora os servidores comissionados, estão à serviço do executivo. Muito deles são arranjos políticos e estarão nesses próximos dias nos sinais da cidade fazendo a famosa bandeirola, levando o nome do atual candidato que vão apoiar para prefeito ou para vereador, tanto na capital como no interior, porque dependem de políticos, são cargos comissionados. São 06 mil pessoas. E olha que eu não concluí o meu relatório ainda, mas vamos chegar a quase 08 mil servidores comissionados. E estou apresentando aqui, nesta Casa, Senhores Deputados, um requerimento pedindo o nome, o CPF, a lotação, o vencimento base, o auxílio, e a gratificação de cada servidor desses, e espero que os Senhores aprovelem esse requerimento. E espero mais, que ao ser aprovado, nós tenhamos uma resposta por parte do Governo, porque temos aprovado um requerimento nesta Casa, Senhores e Senhores, de minha autoria, dos Deputados Brito, Flamarion e de outros Deputados, a exemplo do da saúde que aprovamos há mais de 90 dias pedindo os contratos compra de medicamentos e de outros produtos usados na saúde nos últimos dois anos, pois eu queria saber o valor do contrato, qual a empresa, se entregou ou não os medicamentos, e até o presente momento não obtive resposta nenhuma do secretário. Aliás, se chegou a resposta, não chegou até a mim, que sou o autor do requerimento. Por que isso? E eu pedi isso para quando eu fosse visitar um hospital e estivesse faltando um medicamento, sabe se foi comprado, ou se o governo não comprou esse medicamento, mas a resposta não veio até o presente momento, após a aprovação do requerimento. Esse não é só mais um desejo, um pedido do Soldado Sampaio não, é desta Casa, do Poder Legislativo, como bem falou o Deputado Erci de Moares, que está em descrédito na sociedade. Se a base governista não tem interesse que não aprove, vamos para o voto, mas a partir do momento que aprovou, tem que ser respeitada a

decisão, pois ela não é só minha, é deste Poder.

Estarei apresentando e peço aos Deputados governistas e da oposição que aprovelem esse requerimento pedindo a relação com os nomes, CPF, cargos, salários, lotação e o turno em que trabalha cada servidor comissionado no executivo e, ao ser aprovado, Senhores, espero que o governo nos dê a resposta. Se a base governista entender que isso compromete o governo, vote contra, não aprove, porque se aprovar, eu vou buscar na justiça, como estarei buscando esse requerimento, no qual eu pedi as informações dos contratos realizados nos últimos dois anos pelo secretário de saúde do nosso Estado.

Aqui tenho nomes e vou fazer questão de ler todos depois que eu tiver a plena certeza que nunca pisaram lá no seu local de trabalho, que simplesmente estão recebendo um gordo e bom salário. Agora, são parceiros, são aliados do atual governador, vão para rua pedir voto para os candidatos a prefeito tanto da capital como no interior. Por outro lado, os servidores efetivos estão a mercê da sorte. Tenho andado muito no sindicato, e tenho dito a esses servidores para que se reúnam para que na próxima eleição elejam parlamentares que defendam a categoria, escolham representantes entre eles. Quase fui vaiado numa assembleia do SINTER, quando disse: “você professor são muito desorganizados. Na nossa polícia militar, cujo efetivo é mínimo, há três representantes no Poder Legislativo e os senhores, com quase 6 mil servidores, não têm um legítimo representante da educação na Assembleia. O que está faltando para os Senhores, meus nobres professores”? Muitos deles não gostaram da minha mensagem, mas estou reiterando essa mensagem a essa categoria, tanto aos servidores da saúde, como aos servidores da educação. Espero que a PM continue mobilizada, pois com esse espírito de em toda legislatura ter um representante, e nessa última foi bem, pois tem três representantes nesta Casa, tem demonstrado resultado positivo para com os servidores, avançamos em algumas questões, em muitas outras ainda não, pois não dependem de nós, estamos ainda a mercê da sorte, mas estamos cobrando.

Então, Senhoras e Senhores, era isso. Quero conceder um aparte ao Deputado Flamarion Portela.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Deputado Sampaio, quero louvar o discurso de Vossa Excelência, no qual abordou muitos assuntos importantes e me prender no que falou o Deputado Erci de Moraes. Eu tenho dito reiteradas vezes, aqui na Assembleia, que o Poder Legislativo é o mais bonito e nobre dos poderes. Quando digo isso, é só pegar a Constituição Brasileira, a nossa Carta Magna, e lá está dito que a Federação brasileira é composta pelo Poder Legislativo em primeiro lugar, pelo Poder Executivo e pelo Poder Judiciário. O que acontece Deputado Sampaio, é que temos que entender cada vez mais que esta Casa tem que se posicionar enquanto poder. Quando Vossa Excelência diz que o Requerimento foi aprovado pelo Plenário, se torna o Requerimento da Instituição, deste Poder, mas não se faz valer, porque Assembleia, às vezes, renuncia aquilo que é seu para transferir para o Executivo. Isso é lastimável. E digo mais, é inadmissível em 22 anos do Poder Legislativo que Deputados e Servidores não recebem seu 13º salário. Nós já estamos em agosto, e em 22 anos de história parece que nós só regredimos, regredimos e vamos aceitando aquilo que é pior, aquilo que é indevido, inconcebível, mas, o Senhor falou algo que me chamou a atenção, até peço que Vossa Excelência corrija: “pode roubar na estrada, roubar naquilo, mas não pode roubar na saúde”. Não pode roubar em canto nenhum, Deputado Sampaio, o dinheiro público não pode ser roubado em nenhuma das suas ações, programas ou projetos. É bom que fique claro que não concordamos com roubo em lugar nenhum. Vou aproveitar esse ensejo para contar um pouco do que Platão escreveu no livro chamado “A República”. Na República havia um senhor que possuía um anel chamado “anel de gíges”, esse senhor, quando colocava o anel, se tornava oculto, e uma das primeiras coisas que ele fez depois que percebeu essa obscuridade, essa sua não visão, foi ao palácio do Rei e lá roubou e fez o que quis. No dia seguinte, ele voltou e matou o Rei para se apossar do reinado. Filosoficamente o que isso quer dizer: “quer dizer que, esses atos ilícitos, esses atos indevidos, ficam, às vezes, impunes”. Essa obscuridade, quando ele quis dizer do anel, significa que alguém faz algo de errado porque tem certeza da impunidade, tem certeza, pelo seu poder, que não será jamais incomodado. E, nós estamos vivendo isso não só aqui em Roraima, mas em grande parte do Brasil. Estamos vivenciando uma coisa que foi escrita há 400 anos por Platão, um dos três maiores filósofos da Grécia, os quais o

mundo inteiro ainda hoje reverencia, pois as pessoas estudam o que esses homens escreveram há 400 anos ac, porque o que eles escreveram ainda é real, é praticado no mundo inteiro. Estou colocando isso para demonstrar a simbologia do que foi dito e o que acontece aqui, porque o que acontece em Roraima é a certeza absoluta da impunidade, se acha que pode fazer tudo, e nada acontece. Portanto, louvo o pronunciamento de Vossa Excelência. E, quero finalizar dizendo, o Poder Legislativo, os seus membros, podem apoiar o Executivo, pois em qualquer parte do planeta isso existe, os seus membros podem fazer parte da oposição, isso é legítimo, mas o poder não pode renunciar suas prerrogativas, porque senão, ele se apequena e, é muito ruim se apequenar, o poder tem que está verticalizado sempre. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. Obrigado, Deputado Flamarion. Não sei se não me expressei direito, mas quando transmiti o sentimento daquela cidadã que estava no hospital de Rorainópolis com aquela criança enferma, eu senti o desespero dela exigindo o mínimo de saúde e, ela me disse para pelo menos tratarmos a saúde com respeito. Concordo com Vossa Excelência que temos que tratar com respeito a saúde, a educação, a segurança, o bem público como um todo, é para isso que fomos eleitos, é para cuidar do bem público, dos impostos, administrá-los como forma de retorno para sociedade, pois o cidadão brasileiro paga uma alta carga tributária, afinal são cinco meses de trabalho para pagar impostos dos doze meses do ano. Então, naquele momento, aquela pessoa queria simplesmente saúde digna para sua família, naquele momento de desespero, só nos cabe ouvir, pois ela não quer saber, Deputado Jalser, se é oposição ou situação, se é o primeiro mandato, quinto, décimo, se resolve ou não resolve, se é competência do legislativo ou do executivo. O cidadão tem direito de exigir uma saúde de qualidade como está exigindo toda a comunidade de Rorainópolis, assim como, também, todas as comunidades do Estado de Roraima.

Quero pedir ao cidadão roraimense para que nós tenhamos no dia 07 de outubro a oportunidade de elegermos pessoas realmente compromissadas com a sociedade, que possamos dar um voto ético, consciente, compromissado, em cima da história dessas pessoas, do programa de trabalho do grupo político que elas representam. Podemos até cometer alguns erros, e teremos outra oportunidade para corrigi-los, mas não podemos reeleger pessoas que já demonstraram que não têm compromisso, pois está claro o exemplo da má administração na saúde, na segurança. Peço e suplico à sociedade que vote de maneira compromissada, não vote em troca de emprego, de boca de urna, de cesta básica, de aluguel de moto durante a campanha, pois isso é o que mais se vê no interior. E, peço também ao Secretário de Saúde para que reavalie seu posicionamento, que chame a atenção dos seus subordinados para a situação da saúde de Rorainópolis, assim como também dos outros municípios. Também peço a esta Casa que aprove nosso Requerimento, pedindo informações sobre esse tanto de cargos comissionados. Se demonstrarem que o governo, a sociedade precisa desses seis mil cargos, se me justificarem a necessidade, eu virei aqui novamente e pedirei desculpas ao executivo e admitirei que estou errado. Sei que estou me comportando como Deputado radical de oposição, agora, pela pouca informação que tenho, aqui muitos são cabide de emprego, que simplesmente estão recebendo um bom e gordo salário sem dar retorno nenhum para a sociedade roraimense. Esse é o meu pedido e me desculpem se ofendi alguém, mas, simplesmente estou fazendo o meu papel, dando respostas aos eleitores e a sociedade que me elegeu para este mandato. Obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Suspendo a Sessão e comunico que será reaberta às quatorze horas. Quero chamar a atenção para a Resolução que foi aprovada na última Sessão, pois nós vamos fazer cumprir a resolução na íntegra.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Queria registrar a presença de representantes da Polícia Civil de todo o Brasil que estão fazendo uma visita ao nosso Estado. Teremos uma Audiência Pública para abrir espaço aos companheiros para relatarem a situação desses trabalhadores, em especial na região norte. Sejam bem-vindos.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Esta suspensão a Sessão. Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Ordem do Dia. Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 009/12, que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 02, de 22/09/1993, que Institui o Código de Organização Judiciária do Estado de

Roraima, e da Lei Complementar nº 88, de 29/09/2005, e dá outras providências, de autoria do Poder Judiciário”; da Mensagem Governamental nº 026/12, de Veto Total ao Projeto de Lei nº 047/11, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, que “Institui o Dia do Militar Inativo”; da Mensagem Governamental nº 028/12, de Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 023/12, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Defensoria Pública do Estado de Roraima, e dá outras providências”; da Mensagem Governamental de Veto Parcial nº 032/12, ao projeto de Lei nº 004/12, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a reestruturação do Programa Bolsa de Estudo Universitário, de que trata o artigo 51, Parágrafo único, da Constituição de Roraima, e dá outras providências”; ao Requerimento nº 031/12, solicitando Audiência Pública com os Sindicatos dos Policiais Cíveis da Região Norte e da Confederação Brasileira de Trabalhadores de Policiais Cíveis às 9:30h do dia 08 do corrente.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 09/12, bem como do Relatório.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) - Lido o Projeto e o Relatório.

O Senhor Presidente (Chico Guerra). Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discuti-lo em votação. A votação será nominal e eletrônica. Dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 09/12.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a leitura da Mensagem Governamental nº 028/12, de Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 023/12, e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lida a Mensagem Governamental nº 028/12, e o Parecer.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, eu apresentei essa emenda, lida agora pelo primeiro Secretário, pois trata-se de um pleito daqueles servidores que hoje estão prestando seus serviços na Defensoria. Era um desejo desses servidores passar para o quadro da defensoria. Eles fizeram esse pedido e é do conhecimento de todos que esta matéria já havia sido tratada por Projeto de Lei aqui nesta Casa e, por isso, fizemos um esforço para atendermos ao que nos foi pedido. Infelizmente, o entendimento da Procuradoria, o entendimento consubstanciado em jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, nos faz crer que é impossível essa emenda ser incorporada a lei. Então, mesmo sendo autor da matéria, entendendo as dificuldades dessa matéria em ser incorporada no Projeto de Lei e lamentando o veto, vou votar pela manutenção desse veto mandado pelo Governador.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que queira discutir, em votação a matéria. A votação será secreta e eletrônica. Comunico aos senhores Deputados que nos termos do parágrafo único do artigo 270, caput do Regimento Interno, o veto será mantido se obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros desta Casa, portanto, 13 votos favoráveis. Votando sim, os Deputados aprovam o veto e, votando não, os Deputados rejeitam-no. Solicito ao técnico que faça a abertura do painel para votação. Em votação a matéria.

Comunico aos Senhores Deputados que o veto parcial ao Projeto de Lei nº 023/2012 foi mantido.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental nº 032/12, de Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 004/12, e do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lida a Mensagem Governamental nº 032/12, e o Parecer.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Gostaria de dizer, até para que não pare nenhuma dúvida a respeito dessas emendas, que apreciei. Essas emendas foram combinadas com o governo e jamais tomaria uma iniciativa, especialmente em um projeto tão importante como esse, sem ser dialogada e conversada. Apresentei as emendas, continuo acreditando que as emendas são importantes. Aliás, uma delas visa garantir o aproveitamento mínimo de nota para aqueles alunos que são beneficiário da bolsa, uma vez que se um cidadão está recebendo dinheiro público, acredito sim, que ele teria que ser melhor do que os outros que estão estudando com ele. E, temos que garantir pelo menos o aproveitamento mínimo, e uma bolsa financeira àqueles que estão nas universidades públicas e que são carentes e não podem trabalhar,

pois eles estudam em período integral, às vezes vêm de comunidades indígenas. Então, continuo achando que as emendas são importantes, mas, infelizmente, elas não puderam ser acolhidas agora neste projeto. A emenda foi vetada pelo governo e entendemos a razão do veto, pois o Governo não poderia agora assumir esse compromisso, por isso, mais uma vez votarei sim pela manutenção do veto.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) - Não havendo quem queira discutir, em votação. A votação será secreta e eletrônica. Comunico aos senhores Deputados que nos termos do parágrafo único do artigo 270, caput do Regimento Interno, o veto será mantido se obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos membros desta Casa, portanto, 13 votos favoráveis. Votando sim, os Deputados aprovam o veto e votando não, rejeitam-no. Solicito ao técnico que faça a abertura do painel para votação

Comunico aos Senhores Deputados que o veto parcial ao Projeto de Lei nº 004/2012 foi mantido.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura de Requerimento nº 031/12.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Requerimento nº 031/12.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão a matéria. Em votação. Aprovado. Informo aos Senhores Deputados que a Mensagem Governamental de Veto Total nº 026/12, foi retirada de pauta na Comissão. Não havendo mais nada na Ordem do Dia, passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

Gostaria de aproveitar o Expediente de Explicações Pessoais para comunicar aos Senhores Deputados que essas duas matérias que tiveram seus vetos mantidos hoje, são matérias aprovadas por unanimidade no Plenário desta Casa. E, temos que ter um pouco de consciência em relação a essas coisas porque as pessoas que estão assistindo vão ver que estamos aprovando uma lei em um dia e acatando o veto no outro, quer dizer, temos que ter um pouco mais de cuidado quanto a isso, por isso, peço um pouco mais de atenção aos Deputados na hora da votação. E, gostaria de convidar Vossas Excelências para amanhã fazerem parte da Audiência Pública, pois iremos tratar da segurança deste Estado, onde a violência vem crescendo a cada dia, informando que teremos a oportunidade de receber nove autoridades desse Brasil afora, especialistas em segurança.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Sobre essa questão dos vetos, na grande maioria das vezes isso acontece, nós pegamos o Projeto original aqui, no Plenário, na discussão, onde os colegas fazem suas emendas e até por acreditarmos no colega, por respeito ao colega, votamos a favor das emendas. Isso não implica dizer que essas emendas tenham um parecer jurídico favorável. O que acontece é que quando vai para o parecer da PROGE, do Executivo e volta com veto por inconstitucionalidade, ou por alguma irregularidade, seria incoerência desta Casa não manter o veto. O que temos que fazer é votarmos a emenda acompanhada do parecer de inconstitucionalidade para depois não termos que manter vetos do Governo, para não sermos desmoralizados depois de aprovar um projeto, haja vista que temos uma procuradoria aqui na Casa.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Deputado Célio, acho um pouco difícil falar sobre isso, pois hoje, voltei a analisar um Projeto de Emenda à Constituição que já me vem pela terceira vez, e que a gente devolve para a consultoria e pede a atenção dos colegas, pois ele trata de uma emenda à Constituição que diz que devemos aprovar tudo aquilo que prejudique às instituições. Nós temos consultoria jurídica e o Presidente também está certo quando diz que é difícil aprovarmos uma Lei hoje e o veto amanhã. Mas, isso requer uma análise melhor, pois não devemos aprovar lei para ser bonzinho para ninguém, são leis que a qualquer momento vão servir de base para qualquer ação judicial. Então, lei é lei, o ruim é aprovar uma lei hoje e desaprová-la amanhã. Acredito que isso realmente requer uma atenção especial da nossa consultoria jurídica e que os nossos Deputados tenham o cuidado para não passarem por essas situações.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, eu gostaria de me manifestar a respeito desse assunto, afinal de contas é em razão das minhas emendas que esse debate foi suscitado. Quero mais uma vez reforçar que não apresentei emendas em que não houvesse acordo com o Executivo. Então, por alguma razão essas emendas acabaram sendo rejeitadas. E, vou continuar trabalhando dessa forma. Não tenho dúvida que as minhas emendas melhorariam os projetos que foram apresentados. Continuo achando que os projetos que tratei

são importantes, mas espero ter a oportunidade de apreciar essas matérias num outro momento. Concordo com Vossa Excelência, pois é complicado ficarmos nessa situação, mas faz parte da democracia e do equilíbrio entre os Poderes. Eu acho que de forma alguma nós vamos cercear o nosso direito de apresentar emendas por essa razão.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, eu quero falar mais ou menos na mesma linha da Deputada Aurelina e até de Vossa Excelência, pois não fica bem para esta Casa acontecerem duas votações sucessivas onde uma delas sabidamente é inconstitucional como é o caso da Defensoria Pública. Ou o Parecer Jurídico não foi suficientemente conclusivo a ponto que os Senhores Parlamentares entendam que não possa ser aprovado, ou então nós vamos incorrer naquilo que hoje circulou em um dos jornais locais de que 40% dos Projetos da Câmara Municipal são inconstitucionais e, posteriormente, recebem veto. E, isso não fica bem para o Poder. Dessa forma, concordo com Vossa Excelência que precisamos ter um pouco mais de unidade, um pouco mais de companheirismo para que não se passe essa imagem para fora desta Casa.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, aproveitando esse momento, eu acredito que cabe sim a PROGE orientar o Governador e fazer um estudo daquilo que é inconstitucional ou não. E, sancionar ou vetar. Assim como também cabe a Assessoria desta Casa ter um posicionamento jurídico norteador para os Deputados. Então, percebemos que tanto pela Assessoria da Casa quanto pela PROGE é inconstitucional. Estamos ferindo a nossa Carta Magna e para não correremos o risco de amanhã ou depois estarmos nessa estatística que foi colocada na mídia que mais de 40% do que foi aprovado na Câmara de Vereadores é inconstitucional, não podemos cometer o mesmo erro. Agora, sabemos também que muitos projetos são vetados politicamente, acordos que são feitos num certo momento, da noite para o dia, entre grupos políticos que não estão tão afiados com a base governista e as coisas mudam. Isso não percebemos. E, aqui, o que tem prevalecido é se o Deputado está bem com o Governo ou não. Por exemplo, há um veto em um projeto meu, criando o Dia do Policial Inativo. Ele não causa prejuízo nenhum, pelo contrário, só enaltece os militares que prestaram há mais de 30 anos serviços à corporação. Porém, por vir de um Deputado de oposição foi vetado. Nós criamos, recentemente, o Dia do Cristão, através de um projeto, na tentativa de levar a mensagem cristã ao seio da família roraimense que a cada dia está se desagregando mais em virtude da violência, das drogas. Mas, nem nas comissões passou. Porém, quando é um projeto que vem da base, é aprovado. O Deputado Flamarion foi muito feliz quando disse que nós temos que engrandecer este Poder. E, é nesse sentido de engrandecer este Poder que quero cobrar da Mesa Diretora um Requerimento meu, pedindo à Secretaria de Saúde os contratos dos últimos dois anos de compra de medicamentos e outros materiais destinados à Secretaria de Saúde. Esse Requerimento foi aprovado em Plenário e eu posso até ser o autor, mas a partir do momento que foi aprovado pela maioria, passa ser um Requerimento desta Casa. Outro Requerimento foi aprovado no início dessa legislatura, ao ITERAIMA, e nunca obtive resposta alguma. Como Vossa Excelência é o maior guardião desta Casa, juntamente com os demais membros da Mesa Diretora, quero pedir tanto ao ITERAIMA como também à Secretaria de Saúde, pois na terça-feira estarei com mais no mínimo uma meia dúzia de Pedidos de Informações juntamente ao Executivo e, gostaria que fossem aprovados. Era isso, muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Quero dizer a Vossa Excelência que o Pedido já está nesta Casa. E, com relação à Saúde, como é um volume muito alto, a Secretaria informou que não há papel para tirar xerox. Então, nós estamos providenciando, porque são milhares de folhas, e vamos mandar para lá para tirar xerox. Mas, eles colocaram à disposição uma sala climatizada para, caso Vossa Excelência queira, analisar essa documentação lá.

Não havendo nenhum Deputado que queira fazer o uso da palavra e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão e convoco outra para o dia 14, à hora regimental.

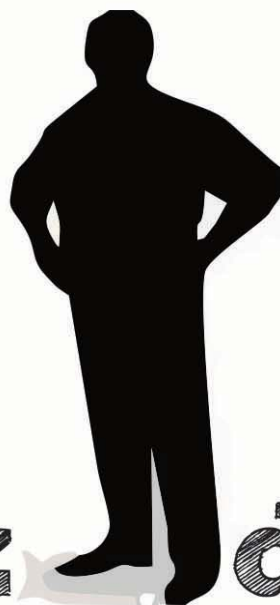
Estiveram presentes os Senhores Deputados: Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jânio Xingu, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 14/08/2012



PROCON

ASSEMBLEIA



A Voz do
Consumidor

proconassembleia@al.rr.gov.br
Fone: (95) 4009-5614